



Reunião do Conselho Fiscal

ATA nº 05/2021 – Reunião Ordinária do Conselho Fiscal

No dia 30 de abril de 2021, às 14h05min, na sede administrativa do ITUPREV, situada no 9º andar do Edifício Gaplan, localizado na Av. Antônio Gazzola, nº 1001, Jardim Corazza, CEP 13.301-245, na cidade de Itú, estado de São Paulo. Como medida de prevenção de contágio pela COVID-19, a reunião foi efetuada remotamente. Toda a documentação objeto de análise por parte dos conselheiros foi disponibilizada em área restrita no site do ITUPREV, antecipadamente. A reunião contou com a participação remota dos membros: Silvia Carlini, Simone de Almeida, Zélia Pereira, Clóvis Arruda e Antônio Sérgio Soares. Presentes também os convidados, Luiz Carlos Brenha (Superintendente), Kiara Farias (Diretora Financeira), Silvia Feres (Diretora Administrativa), Nelson Neto (Gestor de Benefícios) e Larissa Caldas (Procuradora).

ORDEM DO DIA – DELIBERAÇÕES:

1. LEITURA DAS ATAS Nº 04/2021 (CONSELHO FISCAL), ATAS Nº 05 e 06/2021 (CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO) E ATA Nº 03 DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS: A Ata 04 de 25/03/2021 deste colegiado, foi lida e homologada, sem ressalvas. As Atas 05 de 09/03/2021 e 06 de 29/03/2021 do Conselho de Administração foram analisadas e homologadas, sem registros de ressalvas, assim como a Ata 03 de 16/03/2021 do Comitê de Investimentos.

2. ANÁLISE DA HOMOLOGAÇÃO DE BENEFÍCIOS: O Gestor de Benefícios apresentou ao Conselho os Processos de Concessão de Benefícios:

A) PA 0122/2021 de Pensão por Morte da servidora **SILVIA RITA DO VALE** para seu esposo **ALCIDO DOS SANTOS DIAS**, em caráter vitalício, com proventos de R\$ 1.788,02, benefício nº 07.0122.2021.0003, Portaria nº 026/2021; **B) PA 0107/2021** de Pensão por Morte do servidor **JOSÉ DA CUNHA BARBOZA NETO** para sua esposa **MARINA DA SILVA BARBOZA**, em caráter vitalício, com proventos de R\$ 2.615,92, benefício nº 07.0107.2021.0004, Portaria nº 028/2021; **C) PA 0853/2019** de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade da servidora **GISLEINE CRISTINA PEREIRA** com proventos de R\$ 8.613,71, benefício nº 01.0853.2021.0019, Portaria 022/2021; **D) PA 0868/2020** de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade do servidor **GERALDO TUBIAS FILHO** com proventos de R\$ 4.775,25, benefício nº 01.0868.2021.0020, Portaria nº 023/2021; **E) PA 0255/2020** de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade da servidora **SUZANA CRISTINA RIZZI PAULINO** com proventos de R\$ 7.151,02, benefício nº 01.0255.2021.0021, Portaria 024/2021; **F) PA 0062/2021** de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade da servidora **ELVIRA MARIA CHRISTOFOLETI GALVÃO** com proventos de R\$ 5.356,80, benefício nº 01.0062.2021.0022, Portaria 025/2021; **G) PA 0071/2021** de Aposentadoria por Idade da servidora **ARACY IVAZAWA GUIMARÃES**, com proventos de R\$ 1.100,00, benefício nº 02.0071.2021.0023, Portaria nº 027/2021; **H) PA 0134/2021** de Aposentadoria por Tempo de Contribuição e Idade de **MARIZA FELIX NICACIO MENEZES**, com proventos no valor de R\$ 11.443,82, benefício nº 01.0134.2021.0024, Portaria nº 029/2021; **I) PA 0500/2020** de Aposentadoria por Idade de **ROSÂNGELA JULIANI**, com proventos de R\$ 1.100,00, benefício nº 02.0500.2021.0025, Portaria nº 030/2021. Após análises das homologações, os benefícios foram aprovados, sem ressalvas, por todos os membros.

3. ANÁLISE DAS HOMOLOGAÇÕES DE CONTRATOS: A Diretora Administrativa apresentou ao Conselho os Processos de Compras:

A) Processo nº 098/2021 - Contrato Nº 02/0021 com a empresa **JESSICA GIANOTTO PROTEC INFORMÁTICA E TELEFONIA**, referente ao serviço de manutenção de equipamento de informática, backup e arquivo na nuvem, com o valor global de R\$ 6.900,00 e vigência de 12 meses; **B) Processo nº 0136/2021 – Contrato Nº 03/2021** com o **BANCO DO BRASIL**, referente à emissão e administração de cartão de pagamentos para despesas do Instituto, sem custo para o ITUPREV e vigência de 12 meses. Os Processos foram homologados, sem ressalvas.

4. ATUALIZAÇÕES DOS PROCESSOS JUDICIAIS: A Procuradora do Instituto apresentou aos membros do Conselho o acompanhamento dos Processos judiciais que demonstram que 53% do total de processos existentes teve julgamento favorável ao ITUPREV, 19% com resultados desfavoráveis e 28% ainda em andamento, sem julgamento. Apresentou, ainda, as últimas atuações nas ações judiciais relativas a benefícios, que foram:

A) Processo 1005022-47.2017 de PLINIO RODRIGUES DE ARRUDA FILHO, referente ao pedido de aposentadoria especial de Guarda Municipal. A Segunda Instância manteve a sentença que julgou improcedente o pedido do servidor com base no entendimento do STF; **B) Processo 1000476-46.2017** de pedido de Aposentadoria por



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE ITU – ITUPREV

Invalidez de ENI ARAÚJO. Na defesa do ITUPREV, a perícia médica do Instituto concluiu que a servidora estava apta ao trabalho. Na Primeira Instância, foi determinada a implantação do auxílio-doença, mas a Segunda Instância julgou improcedente o pedido porque o ITUPREV não é mais responsável pelo pagamento de auxílio-doença, conforme Emenda Constitucional 103/19.

5. PRESTAÇÃO DE CONTAS DE MAR/2021 E EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA: A Diretora Financeira apresentou ao Conselho o Balancete da Receita, Balancete da Despesa, Boletim de Caixa, Demonstração das Aplicações e Investimentos, Extrato da posição bancária, bem como o Relatório Mensal de Análise, Rentabilidade e Risco dos Investimentos, com enquadramento na Resolução 3.922 e alterações. Com base nas análises efetuadas, o Conselho é de opinião unânime que os relatórios contábeis e financeiros apresentados estão de acordo com as normas legais e refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto em 31/03/2021. O Patrimônio na ocasião era de R\$ 554.020.783,00, incluindo os imóveis, correspondente a uma evolução de 2,82% em relação a janeiro de 2021. Em março, a carteira de investimentos do ITUPREV apresentou uma rentabilidade de 0,94%, frente a uma meta de 1,38%. Em outras janelas, a carteira apresenta o seguinte desempenho: em 12 meses, uma rentabilidade positiva de 21,48%, contra uma meta atuarial de 13,11%, em 24 meses uma rentabilidade de 28,63%, frente a uma meta de 23,84% e em 36 meses, uma rentabilidade de 44,42% frente a uma meta de 35,66%, o que demonstra uma gestão eficiente no longo prazo. Quanto ao fundo de reserva da taxa de administração, o patrimônio líquido fechou em fevereiro com o saldo de R\$ 14.767.678,18. A Diretora informou ainda que a Prefeitura continua repassando os valores correspondentes aos acordos de parcelamento nº 058 e 060, além do de nº 0370, todas repassadas com as correções previstas e no dia do vencimento. A respeito à evolução da execução orçamentária, foi demonstrado pelo Superintendente que o ingresso de Receitas Correntes no mês de março foi de R\$ 21.199.853,00, enquanto o previsto era de R\$ 17.702.558,00, e o total das Despesas Orçamentárias foi de R\$ 5.110.185,00, quando o previsto para o período era de R\$ 6.342.095,00, ficando demonstrado, um resultado superavitário, tanto por parte das receitas, que superaram as estimativas, quanto por parte das despesas que ficaram abaixo do previsto. A relação entre Receitas e Despesas no mês de março contabilizou uma sobra orçamentária da ordem de R\$ 16.089.668,07. A Prestação de Contas do mês de março e a Execução Orçamentária foram examinadas e aprovadas sem ressalvas, assim como as movimentações financeiras e os investimentos do período apresentado.

6. ASSUNTOS GERAIS: A) Funcionamento do Instituto durante a fase vermelha: O Superintendente informou a todos sobre a manutenção do atendimento não presencial aos segurados e do teletrabalho para a maioria dos servidores do Instituto durante a fase vermelha, a fim de preservar a segurança de todos, uma vez que foram implantados procedimentos para a tramitação de todos os processos de forma digital e que os serviços prestados aos segurados estão funcionando em sua totalidade. B) O Sr. Luiz Carlos informou, também, sobre a situação dos imóveis do ITUPREV, sobretudo daqueles que estão localizados na Cidade Nova (cerca de 388.000 m²). A Secretaria do Meio Ambiente procurou o ITUPREV para comunicar que os terrenos Itu-G e Itu-H possuem áreas de preservação ambiental, destinadas ao plantio de novas mudas. Por determinação do Ministério Público, a Secretaria competente se responsabiliza pelo plantio, porém, necessita de autorização do Instituto. A área também precisará ser cercada, para resguardá-la de possíveis invasões.

Encerramento e Lavratura da Ata: Foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso. Ninguém querendo fazer uso dela, foram encerrados os trabalhos. A presente Ata foi lavrada, a qual, após lida e aprovada, será assinada pela Presidente do Conselho, representando os demais conselheiros presentes nesta reunião, conforme previsto no novo Regulamento Interno deste Colegiado. Nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrada a reunião às 17:00h.

Assinatura:

Zélia Maria Oliveira Pereira
Presidente